

MARTINS PEREIRA
SC 1. VIG / PÚBLICA
SSC 1, SEIT
SR 16. DEMISSÃO DE JMP / 7

República. 16/07/1975

MARTINS PEREIRA : RAZÕES DA DEMISSÃO

João Martins Pereira, ex-secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, revela num documento distribuído aos órgãos de informação as razões da sua demissão, dissecando «a actuação dos partidos e o projecto político» e as questões «O MFA, crise económica e autoridade revolucionária». Afirma nomeadamente sobre o segundo tema:

«E o MFA? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que, até ao 11 de Março foi difícil ao MFA definir-se, pois a presença de spinolistas no seu seio constituía sério obstáculo à sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O MFA viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, evitar identificações que maculavam a sua imagem de isenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente «populista» de onde sem dúvida terá partido as suas opções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um «romantismo» — característico de todas as revoluções mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes».

Apontando práticas políticas contraditórias do MFA, «ao sabor do desenrolar do processo» e com cada centro de poder «pautando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas» J. M. P. diz que:

«Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do MFA?) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo à nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada e analisada a gradual degradação dos mecanismos económicos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de

desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, de balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc. exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito e o poder de tomar e aplicar

CONFIRMA-SE A DEMISSÃO DE JOÃO MARTINS PEREIRA

O eng.º João Martins Pereira demitiu-se do cargo de secretário de Estado da Indústria, segundo uma notícia confirmada esta manhã pelos serviços do Ministério.

O pedido de demissão foi apresentado durante a longa entrevista que o eng.º Martins Pereira, individualidade independente de esquerda, teve anteriormente com o Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves.

A saída do secretário de Estado da Indústria nada tem a ver com a ruptura da ligação originada pelo abandono dos ministros do P.S. e pelo «ultimato» do P.P.D., segundo insistiram as mesmas fontes. A demissão estaria, pelo contrário, ligada às teses expedidas pelo eng.º Martins Pereira no antepenúltimo número de «O Jornal».

«As questões que levaram à demissão são muito anteriores à actual crise governamental», disseram-nos no Ministério da Indústria, sublinhando que não têm qualquer fundamento os rumores segundo os quais haveria divergências graves entre

o secretário de Estado demissionário e o ministro de Indústria e Tecnologia, eng.º João Cravinho.

Por outro lado, não se confirma nem parece previsível a demissão do ministro da Agricultura, eng.º Baptista, cuja gerência tem sido atacada por círculos ligados ao Partido Comunista.

O eng.º Martins Pereira, cuja passagem pela pasta se assinala pelos projectos de controlo operário sobre as indústrias metalomecânicas, é autor de dois estudos político-económicos da maior importância: «Pensar Portugal Hoje», de 1969 e «Indústria, Ideologia e Quotidiano» (1974).

Segundo os círculos que politicamente lhe são próximos, não é de prever a reentrada do eng.º Martins Pereira no Governo, aquando da recomposição ministerial que se espera para os próximos dias.

«As razões da demissão serão tornadas públicas pelo secretário de Estado», asseguraram-nos as fontes que contactámos.

Diário de Lisboa. 16/7/75



BATALHA DA ECONOMIA EXIGE DECISÕES REVOLUCIONÁRIAS

«A indústria não está bem nem mal entregue. O problema simplesmente não é esse. A indústria "segura-se" no dia em que se segurar a economia e nesse dia "segura-se" o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível do M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária», afirma o eng. João Martins Pereira, secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, no texto em que pede a demissão do cargo ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro.

O documento constitui uma análise da actual situação política portuguesa, situando de forma política as grandes opções da Revolução no momento em que se dão passos importantes no reforço da iniciativa e poder popular.

É o seguinte o texto apresentado por João Martins Pereira: «Sair do Governo poucos dias depois de o ter feito o Par-

tido Socialista apresenta o risco evidente de se ver associado nas suas motivações com essa organização partidária.

«Sair do Governo, sendo um dos responsáveis por importante sector da actividade económica — a indústria —, no momento em que é grave a situação económica e em que tanto se fala de batalha da economia, implica também o risco de ser acusado de deserção, de "abandonar o barco" individualmente quando ele se começa a afundar.

«Sair do Governo — sendo mais ou menos conhecido como defensor de um socialismo fortemente descentralizado e de uma via para ele em que, desde já, se accentue o efectivo poder de controlo pelos trabalhadores a varios niveis — no momento em que o M. F. A. aprova um "documento-guia" sobre poder popular que vai no mesmo sentido, parece pelo menos incoerente e pode levantar suspeitas quanto à sinceridade das convicções anteriormente exibidas.

«Sair do Governo no momento em que alguns parecem interessados, por estratégias obscuras, em descobrir divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria, que não têm o minimo fundamento, é correr o risco de que esses mesmos se aproveitem disso em seu favor.

«Pois bem, sair do Governo nestas condições, quando se está consciente de que se poderia ser objecto de tais acusações e especulações, significa que se tem a coragem política (coisa que tanto tem faltado entre nós) de tomar, num momento particularmente desfavorável, uma decisão que se está igualmente consciente de não poder adiar mais. E que o unico e último serviço que ainda se poderá prestar é precisamente o de explicar publicamente e sem rodeios os porquês profundos deste aparente suicidio politico.

«A este pequeno luxo se podem dar aqueles que, não recebendo ordens de quaisquer grupos ou partidos, mantêm o privilegio (e a vulnerabilidade, também) de pensar pela sua própria cabeça.

Actuação dos partidos

«Foi só a partir do 28 de Setembro, mas sobretudo com o dobrar do ano e a questão da unidade sindical, que se começaram a definir os contornos de uma «questão partidária» que desde então não cessou de se agravar.

«Refiro-me é claro, aos conflitos surgidos entre o Partido (Continua na página 3)

A Capital. 17/07/1975

MARTINS PEREIRA
SCT. VID. PÚBLICA
SSCT. SEIT
SR. B. DEMISSÃO DE JMP
SECRETARIA DE ESTADO DE
INDUSTRIA E TECNOLOGIA
20 DE ABRIL

«SEGURAR» A ECONOMIA COM ISENÇÃO REVOLUCIONÁRIA

(Continuação da página 1)

Socialista e o Partido Comunista, que vieram sucessivamente a polarizar-se sobre determinados problemas concretos: eleições, 1.º de Maio, Informação, etc.

«Seria demasiado simplista, e isso tem sido feito, dizer que um dos partidos se «insere no processo revolucionário» e o outro não — ainda que se tenha o cuidado de distinguir no segundo, o partido socialista, as bases das cúpulas. Até se pode admitir que isso fosse correcto, em primeira aproximação, só que é insuficiente para resolver as questões fundamentais, que têm mais a ver com classes do que com partidos. Ora a clivagem entre os dois partidos está longe de corresponder à de duas hipotéticas classes sociais que irredutivelmente se delectariam: há operários e trabalhadores de diversos sectores, há pequena e até média burguesia em ambos os partidos, mesmo que as proporções respectivas sejam distintas. Daí que o «drama» histórico da revolução portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário de socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer dos partidos (como tudo seria mais fácil em tal caso!). Esta divisão partidária corresponde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal socialismo em liberdade» propostamente indefinido, (ou que dele se pretendem aproveitar), e que não é mais do que uma impossível mitigação do sistema que conhecem as ricas social-democracias europeias, dos que sumariamente se reconhecem num «partido dos trabalhadores» cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista, de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas).»

Projecto político

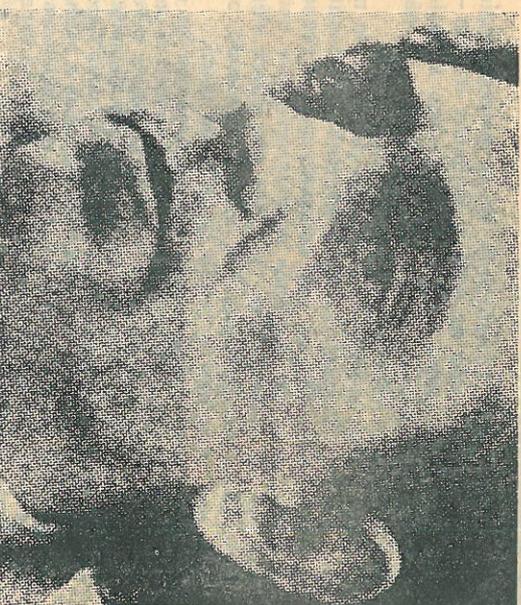
«Ora o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma larga maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária» através da qual se dá apenas uma justaposição (contusão) de projectos incompatíveis. Segundo, e em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito «POVO/M. F. A.», e compreender que nenhuma revolução se fez com todo o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabê-se o que devem revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assegurar o facto de que se terá uma parte do povo contra o

resto, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, da balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc., exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito e o poder de tomar e aplicar.

«O M. F. A. apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular a resposta: O Plano de Acção Política constitui novo compromisso. O M. F. A. contou ainda nos partidos, contou ainda numa equipa económica a que atribua competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o P. A. P. não podia fazer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra, ela teria de surgir. Ai a temos, pois.

«Dir-se-á que, entretanto, o M. F. A. aprovou o «documento-guia» sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos três ou quatro meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M. F. A. fizesse publicamente uma profunda autocrítica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (por que ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstituir um prestígio que ele próprio considerava abalado.

«Face a isto, o que pode um secretário de Estado da Indústria no caso verídico? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entre-



João Martins Pereira, enfrentar os actuais problemas impõe medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito de tomar e aplicar

que, admitindo que nele se continue a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria «segura-se» no dia em que se «segurar» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária. De outra forma poder-se-á mesmo assim «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quanto mais dias passarem. Mesmo admitindo que um M. F. A., na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «documento-guia». São grandes os riscos.

«Têm sido ditas tantas palavras, tantas têm sido as sábias análises, tantos os avisos, que, pela minha parte, não vejo que chegue o verbo para pronunciar o meu alerta e fazê-lo ouvir pelos homens do M. F. A.

«Acoito os meus riscos. Demito-me.
«Nota — O pedido de demissão foi feito no dia 14 de Junho. A decisão estava tomada algumas semanas antes, mas a sua gravidade impôs uma observação atenta dos acontecimentos posteriores à publicação do P. A. P.»

Esta divisão partidária corresponde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal «socialismo em liberdade» propositadamente indefinido, (ou que dele se pretendem aproveitar), e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as ricas sociais-democracias europeias, dos que sumariamente se reconhecem num «partido dos trabalhadores» cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista, de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas).»

Projecto político

«Ora o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma larga maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária» através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, e em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito «POVO/M. F. A.», e compreender que nenhuma revolução se fez com todo o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assumir o facto de que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de «POVO», a questão do bloco social revolucionário.

«Mas convém esclarecer: ao falar de «projecto político» não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica a priori, mas ao exercício de uma prática coerente em que a clara distanciação dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma «teorização» cada vez mais estruturada e possível. Uma autoridade política assim fundamentada consolidar-se-ia por si mesmo, seria incontestável.

«Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou com precisão o seu «projecto político», mas as respectivas práticas são suficientes para que eles se tornem transparentes. De um lado o culto do voto, do parlamentarismo, das «liberdades» em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e se especula, os modos, os comportamentos, a «oratória» inflamada, etc., etc. — enfim, um projecto burguês patente. Do outro o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acritica, da manipulação da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa «não controladas», a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M. F. A. — mito, etc., etc. — enfim a prefiguração de um projecto «estatizante» e dirigista onde a criatividade das massas não tem lugar.»

M. F. A., crise económica e autoridade revolucionária

«E o M.F.A.? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que até ao 11 de Março foi difícil ao M. F. A. definir-se, pois a presença de spinolistas no seu seio constituía sério obstáculo à sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O M. F. A. viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, evitar identificações que maculavam a sua imagem de isenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente «populista», de onde sem dúvida terão partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um «romantismo» — característico de todas as revoluções, mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes.

«De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática política do M.F.A. apareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desenrolar do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um pautando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradições tem sido dada pelo ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que uma semana antes classificara de antinacional (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual mais umas semanas antes manifestara pública consideração!

«Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do M.F.A.?) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo à nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada a analisada a gradual degradação dos mecanismos econó-

jecto pas
E para ul
fizesse p
sivo que
Partido S
uma para
no dia 4
que quas
palavras?
para rec
lado.
«Face
tria no
dando a

POLÍTICA

MARTINS PEREIRA EXPLICA PORQUE SAI DO GOVERNO

O eng.º João Martins Pereira, que entrou para o IV Governo Provisório (formado após o 11 de Março), ocupando a pasta de secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, apresentou a sua demissão ao primeiro-ministro na passada segunda-feira. Em documento que recebemos esta manhã, e a seguir transcrevemos na íntegra, Martins Pereira explica as razões da sua demissão:

«Sair do Governo poucos dias depois de o ter feito o Partido Socialista apresentou o risco evidente de se ver associado nas suas motivações com essa organização partidária.

Sair do Governo, sendo um dos responsáveis por importante sector da actividade económica — a indústria —, no momento em que é grave a situação económica e em que tanto se fala de batalha da economia implica também o risco de ser acusado de deserção, de abandonar o barco individualmente, quando ele se começa a afundar.

Sair do Governo — sendo mais ou menos conhecido como defensor de um socialismo fortemente descentralizado e de uma via para ele em que, desde já, se acentue o efectivo poder de controlo pelos trabalhadores a vários níveis — no momento em que o M. F. A. aprova um adocumento-guia sobre poder popular que vai no mesmo sentido, parece pelo menos incoerente e pode levantar suspeitas quanto a sinceridade das convicções anteriormente exibidas.

Sair do Governo no momento em que alguns parecem interessados, por estratégias obscuras, em descobrir divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria, que não têm o mínimo fundamento, e correr o risco de que esses mesmos se aproveitem disso em seu favor.

Pois bem, sair do Governo nestas condições, quando se está consciente de que se poderia ser objecto de tais acusações e especulações, significa que se tem a coragem política para, quando tanto tem faltado entre nós, de tomar, num momento particularmente desfavorável, uma decisão que se está igualmente consciente de não poder adiar mais. E que o único e último serviço que ainda se poderia prestar e precisamente o de explicar publicamente e sem vóteiros os porquês profundos deste aparente suicídio político.

A este pequeno luxo se po-

tá longe de corresponder a de duas hipotéticas classes sociais que irredutivelmente se degladiam: há operários e trabalhadores de diversos sectores; há pequena e até média burguesia em ambos os partidos, mesmo que as proporções respectivas sejam distintas. Dai que o «advanço» histórico da revolução portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário de socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer dos partidos (como tudo seria mais fácil em tal caso!). Esta divisão partidária corresponde a um corte vertical que separa os que julgam reconhecer-se num tal «socialismo em liberdade» propostivamente indefinido (ou que dele se pretendem aproveitar), e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as elites sociais — sumariamente se reconhecem em democracias europeias, dos que num «partido dos trabalhadores», cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas).

Ora, o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma largaz maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto e reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária» através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar em primeira consciência do mito «Povo» (M. F. A.) e compreender que nenhuma revolução se faz com

to burguês patente. Do outro o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acrítica, da manipulação da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa não controladas, a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M. F. A.-mito, etc., a conquista de posições-chaves em todos os sectores, a canina fidelidade ao M. F. A.-mito, etc., massas não tem lugar.

2 — M. E. A., crise económica e autoridade revolucionária.

E o M. F. A.? Qual a sua prática política? Simplificando bastante, diríamos que, até ao 11 de Março, foi difícil ao M. F. A. definir-se, pois a presença de spinolistas no seu seio constituía sério obstáculo a sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O M. F. A. viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrário, certas identificações que maculavam a sua imagem de isenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente «populista» de onde sem dúvida terão partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso apareceu sempre mais como um «romantismo» — característico de todas as revoluções mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes.

De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática política do M. F. A. apareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desenvolver do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um partilhando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradições tem sido dada pelo ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que uma semana antes classificava de antinacional (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual mais umas semanas antes manifestara pública consideração!

zer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra, ela teria de surgir. Ai a temos, pois.

Dir-se-á que, entretanto o M. F. A. aprovou o «adocumento-guia» sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos 3 ou 4 meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M. F. A. fizesse publicamente uma profunda autocritica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (porquê ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstruir um prestígio que ele próprio considera abalado.

Face a isto, o que pode um secretário de Estado, da Indústria no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entregue, admitindo que nele se continue a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria «segura-se» no dia em que se «segura» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária. De outra forma, poder-se-á mesmo assim «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quanto mais dias passarem. Mesmo admitindo que um M. F. A., na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas, as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «adocumento-guia». São grandes os riscos.

Têm sido ditas tantas palavras, tantas têm sido as sábias análises, tantos os avisos, que pela minha parte, não vejo que chegue o verbo para pronunciar o meu alerta e fazê-lo ouvir pelos homens do M. F. A. Aceito os meus riscos. Demi-

te sector da actividade económica — a indústria —, no momento em que é grave a situação económica e em que tanto se fala de batalha da economia implica também o risco de ser acusado de deserção, de abandonar o barco individualmente, quando ele se começa a afundar.

Sair do Governo — sendo mais ou menos conhecido como defensor de um socialismo fortemente descentralizado e de uma via para ele em que, desde já, se accentue o electivo poder de controlo pelos trabalhadores a vários níveis — no momento em que o M. F. A. aprova um «documento-guia» sobre poder popular que vai no mesmo sentido, parece pelo menos incoerente e pode levantar suspeitas quanto a sinceridade das convicções anteriormente exibidas.

Sair do Governo no momento em que alguns parecem interessados, por estratégias obscuras, em descobrir divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria, que não têm o mínimo fundamento, e correr o risco de que esses mesmos se aproveitem disso em seu favor.

Pois bem, sair do Governo nestas condições, quando se está consciente de que se poderá ser objecto de tais acusações e especulações, significa que se tem a coragem política coisa que tanto tem faltado entre nós; de tomar, num momento particularmente desfavorável, uma decisão que se está igualmente consciente de não poder adiar mais. E que o único e último serviço que ainda se poderia prestar e precisamente o de explicar publicamente e sem rodeios os porquês profundos deste aparente suicídio político.

A este pequeno luxo se podem dar aqueles que, não recebendo ordens de quaisquer grupos ou partidos, mantêm o privilégio (e a vulnerabilidade, também) de pensar pela sua própria cabeça.

A explicação tem de ser longa. Vamos, pois, a ela sem demoras.

1 — Actuação dos partidos e projecto político.

Foi só a partir do 28 de Setembro, mas sobretudo com o dobrar do ano e a questão da unidade sindical, que se começaram a definir os contornos de uma «questão partidária» que desde então não cessou de se agravar.

Resumo-me, é claro, aos conflitos surgidos entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, que vieram sucessivamente a polarizar-se sobre determinados problemas concretos: eleições, 1.º de Maio, informação, etc.

Seria demasiado simplista, e isso tem sido feito, dizer que um dos partidos se «insere no processo revolucionário» e o outro não — ainda que se tenha o cuidado de distinguir no segundo, o Partido Socialista, as bases das cúpulas. Além se pode admitir que isso fosse correcto, em primeira aproximação, só que é insuficiente para resolver as questões fundamentais que têm mais a ver com classes do que com partidos. Ora, a clivagem entre os dois partidos es-

socialismo em liberdade, assis-tidamente indefinido ou que dele se pretendem aproveitar, e que não é mais do que uma impossível miragem do sistema que conhecem as ricas socialis-sumariamente se reconhecem democracias europeias, dos que num «partido dos trabalhadores», cuja organização, disciplina e segurança lhes prometem uma nova ordem socialista de modelo igualmente conhecido dos «iniciados», sendo para os outros um mito com enorme força mobilizadora. Sucede assim que as massas de apoio destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos, sem margem a dúvidas).

Ora, o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma largaz maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária do avanço se-guro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária» através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, — em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito «Povo» (M. F. A.) e compreender que nenhuma revolução se fez com todo o povo: ha que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas ha também que assumir o facto de que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de «Povo», a questão do bloco social revolucionário.

Mas convém esclarecer: ao falar de «projecto político» não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica «a priori», mas ao exercício de uma prática coerente em que a clara distinção dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma «teorização» cada vez mais estruturada e possível. Uma autoridade política assim fundamentada consolidar-se-ia por si mesma, seria incontestável.

Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou com precisão o seu «projecto-político», mas as respectivas práticas são suficientes para que eles se tornem transparentes. De um lado o culto do voto, do parlamentarismo, das «liberdades» em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e se especula, os modos, os comportamentos, a «oratória» inflamada etc., etc. — enfim, um projec-

A. definir-se, pois a presença de spinolistas no seu seio constitua um sério obstáculo a sua expressão clara como motor do processo revolucionário. Sucede, porém, que já então iam acesas as lutas partidárias. O M. F. A. viu-se obrigado a inserir-se permanentemente na logica da divisão «vertical» do «povo» por partidos, o que nem sempre lhe permitiu, antes pelo contrario, evitar identidades que maculavam a sua imagem de insenção e suprapartidarismo. É certo que conservou sempre uma componente «populista» de onde sem dúvida terão partido as suas acções mais profundamente revolucionárias, mas isso appareceu sempre mais como um «romantismo» — característico de todas as revoluções mas, também, sempre condenado, em ultima análise, pelas exigências duras da luta de classes.

De tudo isto resulta, e talvez não pudesse ter sido de outro modo, que a prática politica do M. F. A. appareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desenvolver do processo) de uma multiplicidade de centros de poder electivo, em domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um paulando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas. Um mesmo responsável, por vezes, toma posições opostas conforme as circunstâncias: a imagem mesma de todas estas contradicções tem sido dada pelo ministro da Comunicação Social, que chega ao ponto de dar uma entrevista a um jornal que uma semana antes classificava de antinacional (gravíssima acusação, ou não?) e pelo qual mais umas semanas antes manifestara pública consideração!

Tal situação é, por várias razões, compreensível (não se disse já tantas vezes que a luta de classes passa pelo interior do M. F. A.?) e não seria dramática se tivéssemos todo o tempo a nossa frente. Mas não temos. Está também já mais que explicada e analisada a gradual degradação dos mecanismos económicos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, de balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc. exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito e o poder de tomar e aplicar.

O M. F. A. apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular a resposta: o Plano de Acção Política constituiu novo compromisso, no momento em que já era perigoso mais um compromisso. O M. F. A. confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que attribua competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o P. A. P. não podia fa-

paratização geral do País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (porque ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstruir um prestigio que ele próprio considera abalado.

Face a isto, o que pode um secretário de Estado, da Indústria no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entregue, admitindo que nele se continue a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria «segura-se» no dia em que se «segura» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível politico, ao nível M. F. A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de insenção revolucionária. De outra forma, poder-se-á mesmo assim «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quanto mais dias passarem. Mesmo admitindo que um M. F. A., na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas, as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «documento-guia». São grandes os riscos.

Têm sido ditas tantas palavras, tantas têm sido as sábias análises, tantos os avisos, que pela minha parte, não vejo que chegue o verbo para pronunciar o meu alerta e fazê-lo ouvir pelos homens do M. F. A. Aceito os meus riscos. Demitto-me.

Nota — O pedido de demissão foi feito no dia 14 de Julho. A decisão estava tomada algumas semanas antes, mas a sua gravidade impôs uma observação atenta dos acontecimentos posteriores à publicação do P. A. P.

Lisboa, 16 de Julho de 1975

nacional

Martins Pereira explica a sua saída do Governo

João Martins Pereira, secretário de Estado da Indústria e Tecnologia, acaba de revelar publicamente as razões do seu pedido de demissão. Depois de salientar que sair do Governo poucos dias depois de o ter feito o Partido Socialista apresenta o risco evidente de se ver associado nas suas motivações com essa organização partidária, e num momento em

que é grave a situação económica, desmente terem qualquer fundamento os boatos postos a correr segundo os quais existiriam divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria.

Depois de analisar a actuação dos partidos e respectivos projectos políticos após o 28 de Setembro, aborda o problema do MFA face à crise económica e ao problema da

autoridade revolucionária, afirmando, nomeadamente, que a prática política do MFA apareceu frequentemente contraditória, agravado o facto pela criação (ao sabor do desenrolar do processo) de uma multiplicidade de centros de poder efectivo, em domínios parcelares mas parcialmente sobrepostos, cada um pautando a sua acção em função de estratégias partidárias ou por reacção a elas.

O Século. 17/7/1975

Confirmada a demissão de João Martins Pereira

O eng. João Martins Pereira apresentou a demissão do cargo de secretário de Estado da Indústria, segundo notícia confirmada nos serviços do Ministério da Indústria e Tecnologia.

O pedido de demissão foi apresentado durante a longa entrevista que o eng. Martins Pereira, individualidade independen-

te de esquerda, teve, na passada segunda-feira, com o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves.

A saída do conhecido esportista, estaria relacionada com as teses expostas pelo eng. Martins Pereira no último número de um semanário da capital.

Fontes ligadas ao Ministério da Indústria afirmaram que as questões que levaram à demissão são muito anteriores à actual crise governamental.

O eng. Martins Pereira, cuja passagem pela pasta se assinala pelos projectos de «contrôle» operário sobre as indústrias metalomecânicas, é autor de dois estudos político-económicos de maior importância, «Pensar Portugal Hoje» de 1969, e «Indústria, Ideologia e Quotidiano» (1974).

Segundo os círculos que politicamente lhe são próximos, não é de prever a reentrada do eng. Martins Pereira no Governo, aquando da recomposição ministerial que se espera para os próximos dias.

Diário de Notícias
17-7-1975 — PÁGINA 3

Não houve dissidências entre o ministro da Indústria e o secretário de Estado demissionário

Segundo uma fonte de informação próxima do ministro da Indústria, não têm qualquer fundamento os rumores segundo os quais o pedido de demissão do secretário de Estado João Martins Pereira estaria relacionado com possíveis dissidências existentes entre este e o ministro João Cravinho.

Por outro lado, João Martins Pereira dirigiu ao primeiro-ministro, a propósito do seu pedido de demissão, um texto, que deverá ser tornado público ainda hoje e no qual o secretário de Estado demissionário analisa a presente crise política.



17/07/1975

Martins Pereira explica a demissão ESTE "APARENTE SUÍCIDIO" É O RISCO DE PENSAR "PELA PRÓPRIA CABEÇA"

«Aceito os meus riscos. Demito-me». Palavras finais do documento, cuja lucidez dói, de João Martins Pereira, secretário de Estado da Indústria do III Governo Provisório, que pediu demissão do cargo no passado dia 14.

Martins Pereira, «defensor de um socialismo fortemente descentralizado» e de «um efectivo poder de controlo pelos trabalhadores a vários níveis», liga a sua demissão («aparente suicídio político») às questões fundamentais que neste momento se põem ao País e que terão de ser reconhecidas mais a nível de lutas de classes do que querelas partidárias.

A situação política que vivemos e a que fomos levados por uma prática partidária que nem sempre serve os interesses do povo português, e pela prática política do M.F.A., que «apareceu frequentemente contraditória», juntam-se «a gradual degradação dos mecanismos económicos, as enormes dificuldades de uma fase em que se busca destruir as relações capitalistas mas em que se está ainda longe do socialismo».

Por outro lado, «enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, de balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc., etc., exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o «direito» e o «poder» de tomar e aplicar».

ACTUAÇÃO DOS PARTIDOS

O M.F.A. apercebeu-se da situação. Ele próprio estava em causa; em questão a crise económica e a autoridade revolucionária. Uma resposta, teria de passar pela clarificação da actuação dos partidos. Porém, segundo Martins Pereira, «o Plano de Acção Política constitui novo compromisso, no momento em que já era perigoso mais um compromisso. O M.F.A. confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que atribuía competência, aplicação, convicção revolucionária».

Mais tarde o M.F.A. aprovaria um «documento-guia» sobre o poder popular. «Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista». A concretização de tal projecto, no entanto, que passa pelos próximos três ou quatro meses, põe uma série de problemas.

Diz o texto referindo-se aos escassos meses destinados à concretização do projecto:

«Para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M.F.A. fizesse publicamente uma profunda autocritica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral o País, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (porquê ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstituir um prestígio que ele próprio considera abalado.»

Será simplismo afirmar que um partido (o Comunista) se insere no processo revolucionário e que o outro (o Socialista) não, ainda que neste se tenha o cuidado de distinguir as bases das cúpulas — diz Martins Pereira. Mas, mesmo que fosse correcta a distinção, as questões fundamentais continuariam de pé porque têm mais a ver com classes do que com partidos. A classe trabalhadora está dividida por ambos os partidos. «Daí que o «drama» histórico da revolução portuguesa esteja no facto de que o bloco social mobilizável por um projecto revolucionário do socialismo fortemente participado não se possa confundir rigorosamente com as massas mobilizáveis por qualquer dos partidos».

Martins Pereira adianta mesmo que os projectos dos dois partidos não só são inconciliáveis, como provavelmente ambos inviáveis — o do P.S. «sem margem para dúvidas». Entretanto, o que apresentam ambos os partidos às massas na sua prática política? P.S. — «o culto do voto, do parlamentarismo, das «liberdades» em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e se especu-

la, os modos, os comportamentos, a «oratória» inflamada, enfim um projecto burguês patente».

P.C. — «o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância a crítica da manipulação da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa «não controladas», a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M.F.A.-mito, enfim, a prefiguração de um projecto «estatizante» edirigista onde a criatividade das massas não tem lugar».

Definida a prática dos partidos e reconhecidas as contradições no seio do M.F.A., este viu-se obrigado a «inserir-se permanentemente na lógica da divisão «vertical» do «povo» por partidos», mesmo conservando no seu seio uma componente «populista», de onde sem dúvida terão partido «as suas acções mais profundamente revolucionárias». «Mas isto apareceu sempre mais como um «romantismo»-característica de todas as revoluções, mas, também, sempre condenado, em última análise, pelas exigências duras da luta de classes».

Será, pois, a partir desta reflexão política que se pode compreender o pedido de demissão de João Martins Pereira.

Acto de coragem política, serão especulativas todas as acusações ou coincidências aventadas concretamente o facto de sair na altura em que o P.S. abandona o Governo e em que, por «estratégias obscuras», alguns parecem interessados «em descobrir divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria» e que «não têm o mínimo fundamento».

Martins Pereira resolveu correr o risco do «aparente suicídio político». A este pequeno luxo se pode dar aquele que, «não receando ordens de quaisquer grupos ou partidos, mantém o privilégio (e a vulnerabilidade também) de pensar pela própria cabeça».

R.R.